

**WILSON
MARTINS**



Um Brasil diferente

'Unidade e diversidade, cada um garantindo a autenticidade do outro'

O sesquicentenário do Paraná como entidade política e administrativa torna oportuna a releitura do que Gilberto Freyre escreveu, reconhecendo não só a existência, mas a brasilidade desse Brasil, diferente do que foi configurado em "Casa grande & senzala" (páginas recolhidas em 2001 por Edison Nery da Fonseca em volume "Antecipações"). Trata-se da conferência apropriadamente intitulada "Unidade e diversidade na convivência nacional brasileira", proferida na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, lugar entre todos predestinado por suas implícitas sugestões de brasileiroismo convencional.

Unidade e diversidade brasileira, complexo nacional em que os dois termos não são antagônicos, mas complementares, cada um garantindo a autenticidade do outro, ambos só tendo sentido na realidade recíproca. No caso, o contexto histórico impôs condições específicas na formação e desenvolvimento sociológico do Paraná, a começar pelo clima, cujas óbvias singularidades dispensam maior insistência e que, é evidente, não se confundem com os tipos nordestinos que Gilberto Freyre imaginava predominantes no território nacional. "Regionalismo diverso", escreveu ele na sua típica maneira de conceder o que lhe desagradava: "não tanto no seu clima — pois do Brasil quase (sic) se pode dizer que se estende em regiões quentes, sendo sua situação de país tropical uma das condições de sua unidade (sic) — como pela sua paisagem, que varia da floresta amazônica ao pampa riograndense; pela diversidade de seus solos — que vão do extremo da terra gorda ao extremo da terra árida, pela desigualdade de seus regimes d'água; pelas diferenças de cultura (...). Regionalmente diverso nos recursos regio-

nais de alimentação. Regionalmente diverso nas facilidades de contato de suas várias populações colonizadoras com a Europa (...)". Ai está: através das "populações colonizadoras", chegamos finalmente ao Paraná, longe do país tropical. É preciso acentuar que, na segunda metade do século XIX, o regime escravocrata do sistema econômico de produção estava entrando de maneira irreparável e rápida e crescente em seu período de declínio e inevitável desaparecimento: o Paraná chegou tarde demais para depender da grande escravidão, tanto mais que, fundando sua economia nas chamadas indústrias extrativas (mate e madeira), além da pecuária, não necessitava de trabalhadores em grande número. Houve escravos no Paraná, está claro, mas poucos, a maior parte empregados em serviços domésticos e urbanos. Essa realidade encontrada pelos viajantes estrangeiros da época, para nada dizer do que foi averiguado pela historiografia.

Tanto isso é verdade que a primeira medida de política social e econômica tomada pelo presidente que instalou a província foi, justamente, promover ativamente a vinda de trabalhadores estrangeiros, nomeadamente de imigrantes que se encontrassem em outras, isto é, já "brasileiros". O Brasil sendo o que é, o primeiro presidente paranaense foi o balano Zacarias de Góes e Vasconcellos, ex-traordinário e arguto administrador que lançou e consolidou os fundamentos do que seria o Paraná (W. M. "A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos". Curitiba: Imprensa Oficial, 1999).

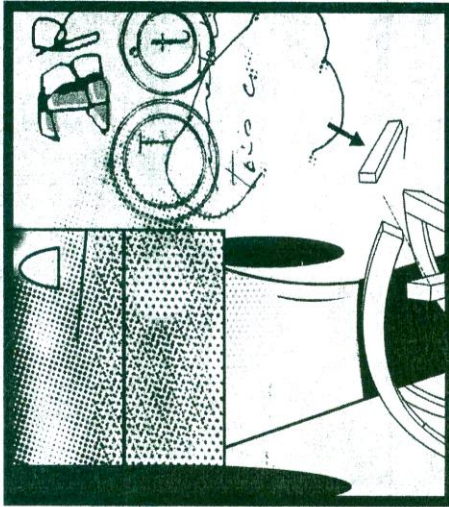
O Brasil não é "o mundo que o Português criou", conforme proclamava Gilberto Freyre em trabalho célebre, mas o mundo que os brasileiros criaram, como ele próprio assinalou, de passagem, na conferência de Stanfórd: "a formação social do Brasil, ao ingente esforço português de colonização, juntou-se o dos próprios brasileiros, de autocolonização" — incluindo, como poderosos fatores de desenvolvimento e transformação, os neobrasileiros da imigração, cujos descendentes seriam os brasileiros do século XIX em diante. Ainda em 1972, ele declarou como necessário o neologismo "autocolonização" para explicar o Brasil "como terra madrugadoramente nacional".

Nada poderá substituir com vantagem e autoridade as suas próprias palavras: "O brasileiro de área mais antiga, quer de colônias portuguesas da América, quer já de autocolonização pioneira, toda vez que vem à província ou ao estado tipicamente neobra-

sileiro e, por sua vez, autocolonizado, do Sul, é para aqui encontrar a raiz do que entre os catarinenses, paranaenses, sulriograndenses das chamadas áreas novas é regionalmente diverso de uns tantos aspectos e de alguns estilos de vida daquelas áreas germinais do país, sem deixarem de ser expressões, em pontos essenciais, do mesmo processo de colonização germinal, já adaptada ao trópico ou aos trópicos, subtropicais e quase trópicos (sic). Uma colonização — repita-se — cedo transformada, em certas áreas do Brasil, em autocolonização. O Paraná ou Santa Catarina, como o Amazonas, é Brasil sem deixar de apresentar-se paranaense ou catarinense e diverso da Bahia ou de Minas pelo modo paranaense ou catarinense ou amazonense de ser a sua gente brasileira e de com-tarinese ou lusitano em cultura com o que quase binar o que é basicamente lusitano em cultura com o que quase não é nem puramente tropical na natureza regional nem apenas portuguesa na etnia da mesma gente, marcada por outros sangues. Por outros sangues e por outras culturas. Inclusive, em anos recentes, pelo japonês, tão valioso para o Brasil quanto outros elementos étnicos, acompanhados de suas características culturais, sempre que não se isolem ou se constituam em grupos à parte da comunidade nacionalmente brasileira".

Em suma, nação, e não apenas nas pais, de unidade múltipla: "não é necessária a condição nacional a homogeneidade étnica. O caso do Brasil é expressivo: tanto pode ser bom brasileiro, nacionalmente falando, o branco descendente de alemão (...) como um descendente de ameríndio do Amazonas ou de Mato Grosso ou de negro italiano e polonês, russo e espanhol que, juntamente com os estratos originais luso-brasileiros, conformaram a família e a sociedade pelas tradições europeias, não pelo modelo patriarcal que, segundo Gilberto Freyre, foi característico do Nordeste.

O regime federativo enfrequeceu em certa medida, e às vezes em larga medida, o sentimento da unidade nacional, vigoroso durante o império pela prática administrativa dos presidentes provinciais rotativos, sistematicamente originários de regiões diferentes. Assim, coube a um balano "inventar" o Paraná, no que seria seguido por diversos outros balanos, em atividades diferentes, que se tornaram excelentes paranaenses. Isso, e a uniforme estrutura da legislação civil e penal provinda da colônia contam-se, com certeza, entre os fatores mais efetivos e automáticos da sempre surpreendente unidade brasileira.



ANEXO N. 1

Prática docente e pluralidade cultural

“Os que vêm a diversidade das culturas tendem a minimizar ou a ocultar a unidade humana; os que vêm a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas. Ao contrário é apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, diversidade que se inscreve na unidade.”
(Edgar Morin, 2000)

O ensino de ciências tem por objetivo a aquisição dos conteúdos específicos da disciplina e a formação de cidadãos críticos em relação aos avanços tecnológicos e das diferentes áreas do conhecimento. Na verdade, o ensino de ciências (e de qualquer outra disciplina) como uma prática que atenda à diversidade, e que nos é apresentada no novo milênio, nos põe diante de uma série de questões que exige por parte de professores preocupados reflexões críticas e constantes.

Gostaria de destacar o que considero perguntas relevantes para a prática docente numa abordagem sociocultural, sintonizada com a escola e com a socie-

dade atual: que tipo de ciência ensinar em um universo multicultural?; como ensinar ciências em um universo multicultural?; como ensinar ciências a grupos cujas visões de mundo são significativamente distintas da ciência ocidental, dominante?; como lidar com a visão cultural de segmentos populacionais minoritários, que estão em nossas salas de aula, sem que para isso venhamos a desconsiderar suas crenças e valores?; existe uma ciência universal?; o que fazer com outras formas de ler/interpretar o mundo? E as dúvidas não pãram por aí. Como dar conta de responder a todas essas perguntas, cotidianamente, dentro de nossa realidade possível, é uma outra questão que merece atenção.

As respostas não estão prontas e serão fruto de reflexões exaustivas, no centro da escola. Aceitar as diferenças parece ser o caminho mais democrático, mas será o mais fácil? Como intervir, quando muitas vezes nós não aceitamos a diversidade? O que significa ser educador numa perspectiva pluricultural? Tomando a diversidade como “diferença” ou “problemática” e como mais uma tarefa que recai sobre o professor, não avançaremos muito.

Primeiramente, temos que abrir mão de nossa crença como a única possível. Precisamos perceber que existem variadas formas de se ler e compreender o mundo, há a visão da ciência (do conhecimento científico), a visão da escola, da religião, das experiências pessoais e cotidianas... Diante dessa diversidade de verdades e de interpretações, como trabalhar, por exemplo, com conteúdos científicos (clonagem, evolução das espécies, aborto e anticoncepcionais) que muitas vezes se contrapõem às questões religiosas?

Tendo em vista que não há um conhecimento único, isolado, superior, mas sim com diferentes significados e explicações que irão se adequar ao contexto em que estiverem inseridos, proponho que devemos partir do respeito às crenças e às diferenças, procurando estabelecer os contrastes entre cada uma dessas explicações, e, a partir das divergências e choques que serão estabelecidos, permitir que os alunos discutam o melhor caminho ou as soluções possíveis.

Aquilo que o aluno aprende fora da escola, informalmente, ou que faz parte da sua cultura (ou história) pode estar cientificamente “errado” ou referir-se a apenas parte do conhecimento. Muitas dessas formas de saber populares, religiosas não podem ser simplesmente esquecidas e substituídas por outros. Muitas vezes, atividades propostas pelo professor de ciências não são aceitas por grupos de alunos (exemplo: entoar cânticos, utilizar animais para dissecação ou observação), por ferirem crenças e heranças culturais. No entanto, o papel da educação formal deve ser de auxiliar na construção de conhecimentos mais próximos da “verdade científica”.

Dessa forma, cabe ao ensino das ciências valorizar os recursos da comunidade, incluindo seus “saberes”, no sentido de envolver todos os sujeitos na elaboração de seu projeto político e pedagógico. Afinal, não se aprende somente na escola; a família, a sociedade também são co-responsáveis pela aquisição de conhecimentos e, principalmente, de valores.

A escola deve trazer à discussão questões relativas aos direitos humanos. Práticas de discriminação aos portadores de deficiência (ou melhor, portadores de direitos especiais, como afirma Frei Betto), às etnias, ao sexo, às diferentes religiões devem ser discutidas

ANEXO N. 2

de forma crítica, a partir de conceitos como ética, cidadania e solidariedade.

A valorização de questões sociais trazidas pelos alunos pode propiciar projetos baseados nos interesses dos grupos e favorecer a aquisição de conceitos científicos, a busca de respostas por meio de pesquisas, experimentos, trabalhos colaborativos, etc. Dessa forma, são valorizadas as questões do dia-a-dia, com as quais os alunos têm familiaridade. Esse aspecto do ensino também pode ser direcionado para a discussão de questões da atualidade que analisem o impacto da ciência e da tecnologia na sociedade e na cultura moderna.

A educação em ciências, numa perspectiva sociocultural, deve valorizar a participação dos diferentes segmentos na construção da sociedade, tanto nas áreas científicas e tecnológicas, como nas áreas artísticas e culturais. Nesse sentido, a história da ciência pode auxiliar na compreensão das barreiras impostas a esses grupos sociais e amplificar a valorização de seus esforços, no sentido de ocuparem lugares sociais ditos de destaque.

Um importante passo, na direção de tornar parte do dia-a-dia escolar a discussão sobre assuntos relativos à pluralidade cultural², foi dado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que a incluíram como tema transversal, mas isso não é tudo.

Em nosso país, considerado por muitos como uma democracia

racial, temos passado ao largo de discussões fundamentais, principalmente nas escolas. Enquanto educadores e cidadãos, necessitamos refletir e nos inteirar de questões relacionadas aos indígenas, aos negros, às diferenças religiosas e de gênero, entre outras, para que possamos atingir a meta de incorporá-las de fato às disciplinas do currículo escolar.

A heterogeneidade deve ser reconhecida como um acervo a ser preservado. Somos um país com 44% de população negra (Mindlin, 1998), com cerca de 200 línguas e povos indígenas, temos imigrantes de todas as partes do planeta, os grupos religiosos são diversos - budistas, muçulmanos, católicos, protestantes, entre outros -, possuímos uma enorme massa de brasileiros sem-terra ou desterrados pela seca. Esses segmentos populacionais "minoritários" são a representação de nossa brasilidade.

Como diz Mindlin, "descobrir o Brasil como ele significa formar cidadãos orgulhosos de suas múltiplas raízes, atentos para os direitos humanos, os direitos dos povos, o direito à diferença". Para nos orgulharmos, precisamos nos conhecer, redescobrir o que é ser *Brasileiro*, tornando-nos capazes de estabelecer relações entre o equilíbrio democrático, a consolidação do pleno cumprimento de direitos, a coexistência de diferentes grupos e a nossa própria vida.

Cláudia Lino Piccinini

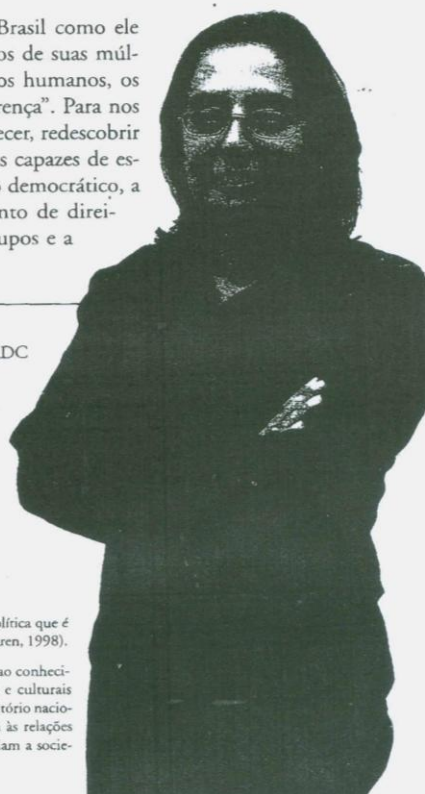
- Professora do Projeto Fundão Biologia/ NADC - UFRJ.
- Professora do Centro de Educação Ambiental do PARNA Tijuca - Ceamp e da E.M. República do Peru (3ª CRE).

¹ "A pedagogia multicultural é uma prática sociopolítica que é anti-racista, anti-sexista e anti-homofóbica." (McLaren, 1998).

² "A temática da pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira..." (PCN, 1998).

Referências Bibliográficas

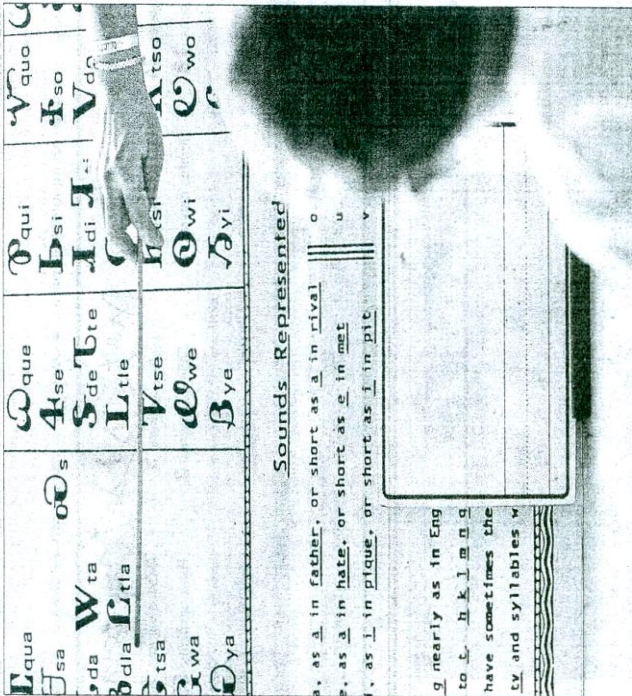
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.
- McLAREN, P. *Justiça Social: breves reflexões sobre o ensino Multicultural nos Estados Unidos*. Pátio, Porto Alegre: ano 2, nº 6, p.9 -11, ago/out. 1998.
- MINDLIN, B. *A verdadeira descoberta*. Pátio, Porto Alegre: ano 2, nº 6, p.12 - 15, ago/out. 1998.
- MORIN, EDGAR. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.



ANEXO O

Metade das línguas do mundo está ameaçada

A cada dez dias, um idioma desaparece completamente e reduz a diversidade lingüística e cultural do planeta



UM MENINO
 cherokee
 observa sua
 professora
 repassar o
 alfabeto da
 língua de
 sua tribo no
 programa
 de imersão
 do jardim
 de infância
 da Lost City
 School, em
 Oklahoma.
 O programa
 começou
 em 2003
 para tentar
 salvar o
 cherokee
 da extinção

CORPO A CORPO
ANA VILACY GALUCIO
'É vital preservar as línguas'

• A lingüista Ana Vilacy Galucio faz parte do grupo de especialistas em línguas indígenas do Museu Emlilo Goeldi, de Belém, ela disse ao GLOBO que é preciso vontade para preservar as línguas.

Ana Lucia Azevedo

O GLOBO: Como morrem as línguas?
ANA VILACY GALUCIO: O que está ligado ao número de falantes, mas principalmente ao grau de transmissão às novas gerações. Existem muitas línguas indígenas, estão aprendendo a língua. É importante que o idioma continue a ser aprendido pelas novas gerações e que haja um contexto onde ele seja normalmente usado. Qualquer coisa que provoque a quebra de transmissão da língua, a língua morre. Você pode ensinar a continuidade de seu uso. Isso acontece com o casamento com falantes de outras línguas, a dispersão do grupo, a estigmatização da língua, a pressão de grupos majoritários...

• Como salvar uma língua sem ródice escrita?
ANA VILACY: Existem várias maneiras de fazer isso no mundo hoje para tentar conter o processo de extinção de línguas minoritárias. Mas o passo fundamental é que haja a vontade do grupo envolvido e condições sócio-político-econômicas.

Flávio Henrique Lino

• Dona Maria Chipita já passou há algum tempo dos 70 anos, mas não sabe sua idade exata. Mulher simples, moradora de Altamira, no Pará, ela é a guardiã de um tesouro de valor inestimável que, quando ela morrer, desaparecerá também. Dona Maria é a última falante de xipaya, uma das 42 línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção em breve. O último momento de sua vida, ela viveu com os lingüistas soam o alarme e recentemente a Associação Americana para o Progresso da Ciência repetiu o aviso: se nada for feito, até metade das 6.800 línguas do planeta poderá desaparecer ao longo deste século.

Estimativas mais pessimistas falam em até 90% de perdas

Isso significa uma língua morta a cada dez dias. Os mais otimistas estimam que o quadro poderá ser pior, com 90% dos idiomas sumindo até 2100 diante do avanço de línguas dominantes, como o inglês, o russo, o hindi, o espanhol e o português. Com isso, a Humanidade perderá parte significativa de sua diversidade cultural e histórica, que se caminha desde o início da civilização há dez mil anos.

A língua é o aspecto mais marcante de qualquer cultura. Ela faz parte da identidade do povo e é o instrumento por meio do qual ele passa seu conhecimento tradicional de geração a geração — disse ao GLOBO, em Belém, a lingüista Ana Vilacy Galucio, do Museu Emlilo Goeldi. — Nesse sentido, uma das grandes consequências da perda de uma língua é a perda da identidade, com implicação direta na percepção da vida cultural, espiritual e intelectual.

Para a Unesco, uma língua precisa de cem mil falantes para ser considerada segura, garantindo sua preservação às gerações seguintes. Segundo o lingüista Michael Krauss, uma autoridade no assunto, estima que apenas 600 idiomas estão fora de perigo. Na Ásia, por exemplo, que abriga 32% das línguas, metade delas tem menos de dez

mil falantes. A situação é agravada pelo fato de que mais de 50% da diversidade lingüística concentra-se em oito países — Nova Guiné, Indonésia, Nigéria, Índia, Brasil, México, Camarões e Austrália — quase todos pobres e com outras prioridades que não a preservação de seus idiomas indígenas ameaçados.

— É preciso criar condições favoráveis nas propriedades indígenas para que as línguas não sejam motivo de orgulho. Muitas vezes a sociedade dominante não está sensibilizada para a convivência intercultural e vê os idiomas indígenas como um elemento folclórico — criti-

cou Fausto Guandarrama, da Associação de Escritores em Línguas Indígenas do México.

Criada em 1993, a associação ajuda a preservar as línguas nativas do México produzindo material literário. Seus 70 associados escrevem em 24 das 62 línguas indígenas mexicanas — 34 delas em perigo de extinção.

— Mas nem tudo são más notícias. Há línguas indígenas que já foram impoortância da riqueza lingüística da Terra levou a iniciativas bem-sucedidas para ressuscitar idiomas já no CTI de Babel. É o caso do havaiano, que na década de 80 estava reduzido a menos de 400 falantes — quase to-

dos com mais de 50 anos — e hoje graças aos esforços de grupos como o Aha Punana Leo, conta com quase dez mil.

No Brasil, pelo menos 3 línguas têm apenas 1 falante

Segundo, uma experiência realizada na Nova Zelândia para fazer renascer o maori, o grupo criou 12 pré-escolas com imersão na língua materna. O objetivo era ensinar que as crianças não fossem criadas no como língua materna.

— O que tentamos fazer é permitir-nos ser havaianos contemporâneos, saber quem somos e ser capazes de transitar no Amazons, declarou o diretor do Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, ■

bariwa, o tukano e o ribeongatu. Lá a Funai auxilia em produção de material didático, formação de professores indígenas e promoção de intercâmbios entre estes e especialistas das tribos, como artesãos e contadores de histórias.

— A situação melhorou, mas ainda estão havendo perdas. Falta dinheiro para pesquisas e para a formação de professores. Já vêm pesquisadores do exterior com financiamentos, coletam dados e levam para analisar lá fora — adverte o professor Aryon Rodrigues, diretor do Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, ■

ANEXO P

Um dicionário antenado com o novo

Francisco Borba organizou estudo inédito, relacionando 70 milhões de gírias e palavras usadas no país

CLÁUDIA NINA
SUBEDITORA DO IDEIAS

Nada do que está escrito em português lhe é estranho. Nem mesmo palavras recém-saídas do forno literário, trazidas para as páginas diretamente dos falares do morro e dos grupos sociais que compõem o diversificado mapa lingüístico do Brasil. Tudo está registrado, num trabalho de pesquisa que começou em 1963: o *Dicionário de usos do português do Brasil* (Ática, 1.688 páginas), de Francisco S. Borba. O *DUP*, como é chamado, teve origem em um dos mais importantes bancos de dados de língua escrita no país, o Corpus de Araraquara, que está chegando aos 200 milhões de ocorrências. As fontes são textos tirados de romances, peças de teatro e, predominantemente, jornais. Em seu *DUP*, Borba utilizou mais de 70 milhões de ocorrências em textos escritos no Brasil. Ao todo, são mais de 62 mil verbetes, 145 mil acepções, estrangeirismos mais frequentes e neologismos. O mais interessante é que a palavra não aparece solta, mas dentro de um contexto real, o que facilita a consulta e a compreensão. Francisco Borba é lingüista, especializado em dicionários, autor de obras sobre a língua portuguesa, como *Gramática de valências* (Ática). Atualmente, ele é pesquisador do CNPq, além de professor e orientador do curso de pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da FCL-Unesp, de Araraquara. Borba falou ao *JB* sobre seu trabalho e mostrou o quão antenado está em relação a tudo o que se escreve no Brasil.

Quando as gírias passam a ser escritas, devem ser registradas

Qual é a diferença entre o *Dicionário de usos do português do Brasil* e os demais dicionários da língua?

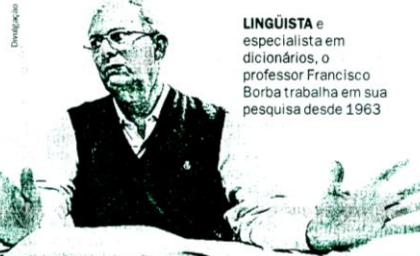
É um dicionário exclusivo do português escrito no Brasil. O conjunto de verbetes resulta de um levantamento direto de textos em prosa no país nos últimos 50 anos. Um dicionário de contextos sobre o que está circulando na língua escrita e não um mero acervo de palavras.

Como o senhor realiza a pesquisa de cada novo uso para um determinado vocábulo?

As palavras variam de sentido por causa da diversidade contextual. É o que se chama colocação da palavra em cada seqüência, ou seja, como ela combina com outras. Nosso trabalho foi justamente este: levantar os tipos de contextos e determinar o resultado de sentido em cada um deles. É uma tarefa que requer muita atenção porque trabalhamos com milhares de ocorrências. Por isso os verbetes de certas classes de palavras também ficam muito diferentes do que está nos dicionários que seguem a orientação tradicional.

Poderia dar um exemplo?

Sim. Veja só: quase todos os dicionários registram os adjetivos pátrios como "natural ou habitante de" ou, então, "pertencente ou relativo a". Essa definição não leva em conta o uso. No Aurélio do século 21, a definição de brasileiro como adjetivo é "de, ou pertencente, ou relativo ao Brasil". Então, quando você diz "sou brasileiro", tem-se que entender "sou do Brasil", "sou pertencente ao Brasil" ou "sou relativo ao Brasil". Quando você encontra, num texto, uma seqüência como a indústria do automóvel brasileiro, você vê que nenhuma das definições acima se aplica: automóvel brasileiro é automóvel fabricado no Brasil, assim como exportação de arroz brasileiro é arroz produzido no Brasil. Assim, quanto mais alta é a frequência de uma palavra, maior a sua possibilidade de colocação contextual e maior a possibilidade de ter muitos sentidos ou significações. No *DUP*, a palavra "alto" registra 36 acepções, o verbo "ir", 41, "vida", 26, e por aí vai.



LINGÜISTA e especialista em dicionários, o professor Francisco Borba trabalha em sua pesquisa desde 1963

Qual foi o critério de seleção para a sua pesquisa?

A primeira condição para que uma palavra entre no *DUP* é que tenha ocorrido em textos. E olhe que são 70 milhões de ocorrências. A segunda é que esteja bem contextualizada, numa seqüência compreensível, ou seja, não esteja numa simples listagem e nem seja brincadeira vocabular ou trocadilho. Não deve ser também invenção de momento (como henricar, formado de Henrique, em referência ao presidente Fernando Henrique Cardoso).

Analísando os quase dialetos de determinados grupos, como os diálogos entre bandidos, reproduzidos pelo *Fantástico*, observa-se um sem-número de novos usos para antigas palavras e ainda neologismos nascendo na periferia das grandes cidades e não nas páginas literárias. Como dar conta disso?

Todo grupo social mais ou menos fechado ou marcado por algum traço tem seu linguajar próprio, que se caracteriza justamente pelo léxico. É o que se chama gíria, que tem vida muito oscilante e que predomina na forma oral da língua. Geralmente são palavras da língua corrente com um sentido espe-

cial, como na gíria do tráfico de drogas, em que "avião" é o garoto que transporta a droga.

Essas formas chegam para ficar?

Essas formas se firmam quando passam para o texto escrito e acabam se incorporando ao coloquial. Um bom exemplo é o livro *Cidade de Deus*, de Paulo Lins. Como trabalhamos com textos escritos, principalmente jornalísticos, muitas dessas formas estão dicionarizadas no *DUP*.

Por exemplo?

Palavras como: bagana, baseado, vagau, pirambeira e por aí vai. Em muitos momentos, as palavras já conhecidas adquirem um outro significado, como, por exemplo: "Se amarro na tua há uma etapa, morou? Se tu largar o Cunha, eu colo contigo na moral", da página 137 de *Cidade de Deus*. Na medida que novas formas ou novas acepções e gírias passam para os textos escritos, devem, sem dúvida, ser registradas nos dicionários de uso.

Para cada região, os usos das palavras são diferentes. Como o senhor trabalhou com a questão do regionalismo em sua pesquisa?

Com a globalização e a influência cada vez maior da mídia, está difícil rotular os regionalismos. Mesmo no texto escrito, as palavras migram muito. Por exemplo, qualquer sualista sabe o que é jerimum ou macaxeira, embora, a dona de casa, na feira, procure comprar

abóbora, aliás, "abobra" ou mandioca mesmo. No *DUP*, registramos a localização regional daquilo que ocorreu exclusivamente em textos produzidos na região. Por exemplo, pingo (cavalo de estimação) e guaiepeca (cachorro vira-lata) são rotulados como S (Sul).

Os estrangeirismos? O senhor acha que o Brasil, como na França, deveria ser mais rigoroso com a inclusão de novas palavras vindas de fora?

Nenhuma língua vive a salvo da influência de outra. Os contatos entre nações são inevitáveis. E por que se deveria evitá-los? Isso acontece por causa de interesses mútuos — políticos, econômicos, sociais ou outros. A língua é a principal responsável pelo sucesso desses contatos. Por isso os termos para invenções, costumes, bens materiais ou não, são tomados de empréstimo de uma para outra. No nosso caso, já tivemos a hegemonia do francês (*baton, rouge, dandi, vitriñe* etc.), do italiano com os nomes de comida (*pizza, gnocchi, spaghetti*). Agora estamos na era do inglês, com a grande quantidade de termos que vêm pela expansão de hábitos culturais, como música (*rock*); cinema (*film, set*), esporte (*basketball, football*) e, mais recentemente a informática, como *internet, mouse, chip, delete* etc.

O senhor acha que as palavras novas incorporadas tendem a permanecer ou podem ser apenas modismo?

As vezes pode ser moda e passar logo, outras vezes o termo pode se fixar. Sabemos que o termo se fixou quando ele se aclimata, ou seja, adapta-se à grafia da nossa língua e entra no processo derivacional com outra palavra qualquer: rock > roque > roqueiro; futebol > futebolista, etc. Quando há um equivalente, os dois podem ser usados, mas só o tempo diz qual é o que vinga. Vamos ver, por exemplo, o que vai ficar: se será o *feedback* ou a retroalimentação.

Se uma palavra se fixou é porque gerou derivados

ANEXO Q

Sábado, 7 de fevereiro de 2004

O GLOBO

ANCELMO GOIS





Foto do leitor



ALGUMAS PALAVRAS estrangeiras se instalam pacificamente nos usos e costumes do Brasil. É o caso de *site*, para indicar uma página na internet, embora haja resistentes que preferam o verde-e-amarelo "sítio". Mas *open*, francamente, é estrangeirismo bobo. As fotos são do Recreio. O bairro é relativamente novo. Enquanto a Barra vai aos poucos perdendo o deslumbramento pelo *american way of life*, uma grande parte do Recreio, não é todo, parece frustrada por não morar em Miami

ANEXO R

Aldo Rebelo, o líder do PCdoB que se tornou referência política para o PT

Autor do projeto contra os estrangeirismos foi fundamental na aprovação das reformas

Ilmar Franco

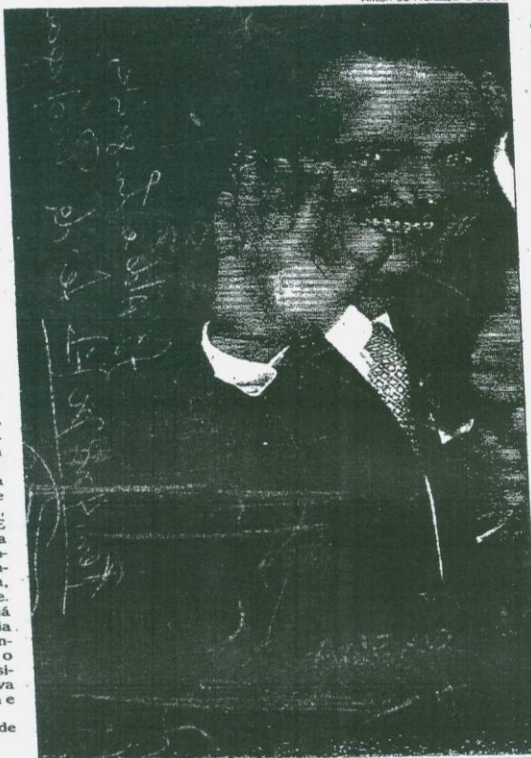
• BRASÍLIA. Autor do polêmico projeto que proíbe o uso de estrangeirismos, o líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), termina o ano com uma dura tarefa: a de relatar o projeto de biossegurança, sobre o qual ruralistas, ambientalistas e cientistas se digladiam. A despeito de ser de um partido com apenas 11 deputados, ele se tornou uma referência política entre os petistas. Depois de sua participação ativa para aprovar as reformas da Previdência e tributária, Aldo Rebelo, alagoano de 47 anos que exerce seu quarto mandato por São Paulo, virou uma unanimidade. Seus vice-líderes o elogiam, dizendo que ele sempre os estimulou a ocupar a linha de frente.

— Você conhece algum vice-líder do governo no Senado? — pergunta o Professor Luizinho (PT-SP).

— Ele distribui tarefas e permite que os que estão ao seu lado tenham visibilidade — afirma Beto Albuquerque (PSB-RS).

Mesmo não contando com a coesão de seu partido, que se dividiu em votações cruciais, Aldo sobreviveu às reformas. E quando se especulou sobre a possibilidade de o chefe da Casa Civil, José Dirceu, delegar tarefas de articulação política, ele não se entusiasmou, pois já tinha passado pela experiência da formação do governo quando o PCdoB o indicou para o Ministério da Defesa e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cogitou lhe entregar a Ciência e Tecnologia.

— Nunca tive expectativa de ser ministro — desconfessa.



Ailton de Freitas/2-5-2003

A carreira política de Aldo começou em Alagoas. Ele nasceu em 1956 na Fazenda Maria Lia, em Viçosa, onde seu pai era vaqueiro do proprietário, o senador Teotônio Vilela, que lhe deu os livros escolares durante o ensino fundamental e básico.

Ele estudava no Colégio Agrícola Floriano Peixoto na década de 70 quando ingressou na Ação Popular (AP), que poucos anos depois se incorporou ao PCdoB. Já comunista, em 1979, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi reconstruída, foi eleito secretário-geral e, na gestão seguinte, presidente. A militância no movimento estudantil o fez transferir-se para São Paulo, onde ele-geu-se vereador na capital em 1988. Dois anos depois conquistou seu primeiro mandato como deputado federal.

Mas ele não é um político tradicional e faz coisas pouco comuns. Em 1989, com um mapa feito por Euclides da Cunha e que ilustrava uma das edições de "Os Sertões", ele percorreu toda a região de Canudos (BA). E terminou sua viagem subindo acompanhado do prefeito de Viçosa, Flaubert Torres, fez uma expedição para localizar uma cachoeira na Serra de Dois Irmãos, que, conforme o historiador Audemário Lins, foi o último refúgio de Zumbi dos Palmares.

"Estrangeirismo é exclusão"

• Em dezembro de 1997, durante 15 dias, acompanhado da mulher, Rita, e do filho, Pedro, Aldo percorreu o Rio Grande do Sul visitando os túmulos dos princi-

Discreto e murros na mesa

• Discreto e reservado, ele conversa várias vezes ao dia com Dirceu e, com certa frequência, participa das reuniões de Lula e os integrantes do núcleo duro. Com informações privilegiadas sobre a estratégia do governo, nunca relutou na defesa da política econômica e da reforma da Previdência, ocupando espaços que seriam dos petistas.

— Fui à tribuna quando o governo precisava ser defendido, quando as circunstâncias obrigaram o Banco Central a aumentar os juros — lembra.

A mesma disposição demonstrou durante as negociações para aprovar as reformas. Moderado nos gestos e no discurso, é capaz de dar murros na mesa e de jogar pesado. Como

REBELO: DISCRETO E reservado, mas capaz de jogar pesado

quando o PFL conseguiu obstruir votação do relatório da reforma tributária na Comissão Especial, numa quinta-feira. Os pefelistas queriam retomar o trabalho só na semana seguinte. Aldo subiu pelas paredes.

— Eu quero saber com quem posso contar aqui! Ou levantamos a cabeça ou só nos resta a desmoralização. Quero que todos os líderes fechem questão e vamos propor que o projeto vá direto para plenário — disse.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), conseguiu convencer ao líder do PFL, José Carlos Aleluia (BA), e o relatório foi aprovado no dia seguinte. Semanas depois, quando o projeto estava para ser votado, foram necessárias várias reuniões de líderes para

fechar um acordo para aprová-lo. Numa delas, ele constrangeu o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o deputado Armando Monteiro (PTB-PE), a se retirar da sala.

— O senhor está aqui como representante de seu partido? O PTB tem líder aqui na reunião — afirmou Aldo.

— Vim aqui trazer as reivindicações da CNI — retrucou Armando Monteiro.

— Mas esta é uma reunião de líderes. Não é o local nem o momento apropriado para entregar estas reivindicações — replicou Aldo. Monteiro deixou a sala.

O líder do PSB, Eduardo Campos (PE), que assistiu a toda a cena, comentou:

— E ainda dizem que este país não mudou.

pais caudilhos gaúchos: Gumerindo Sarraf (em Santa Vitória do Palmar), Antônio de Souza Neto (em Bagé), Davi Canabarro (em Poncho Verde), Assis Brasil (em Pedras Altas), Getúlio Vargas e João Goulart (em São Borja). O roteiro terminou no monumento a Luiz Carlos Prestes (em Santo Angelo). Pedro, que tinha 6 anos, perguntou:

— Por que você está tirando fotos desse cemitério?

Aldo gosta de se definir como patriota e, por isso, em 1999, apresentou o projeto que proíbe o uso de expressões estrangeiras. Foi acusado de xenófobo, mas não abre mão do projeto que espera transformar em lei.

— Idioma é um direito democrático do povo. A língua é do pobre, do rico, de quem mora na favela ou na mansão. É fator de unidade nacional e um traço de igualdade. A imposição de estrangeirismos é uma forma de exclusão perversa e covarde. ■

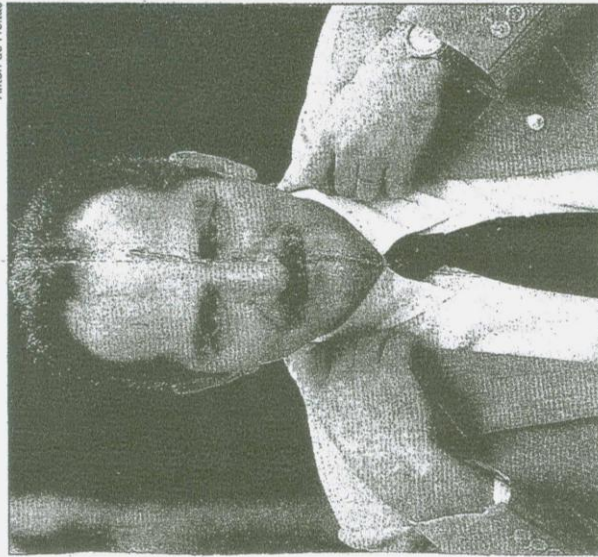
O defensor da língua portuguesa no centro do poder

Novo ministro é autor de projeto que proíbe os estrangeirismos

• BRASÍLIA. Os estrangeirismos que poluem a língua portuguesa podem estar com os dias contados. Seu principal inimigo chegou ao centro do poder. O novo ministro da Coordenação Política é autor de um projeto que proíbe o uso comercial de palavras e expressões estrangeiras no Brasil. A proposta, apresentada no governo Fernando Henrique, foi aprovada pela Câmara, mas não chegou a ser votada pelo Senado. Agora, se quiser, Aldo Rebelo pode fazer a proposta avançar.

— Como ministro, continuarei a defender a língua portuguesa. O idioma é elemento de democratização mais universal de uma sociedade. Ele não exclui. A moradia, que pode ser uma palafita ou uma mansão, exclui; o salário, que pode ser alto ou mínimo, exclui; a cultura separa o erudito do analfabeto; até a beleza exclui. Mas o idioma não. E

Ailton de Freitas



ALDO REBELO: "O papel de Dirceu é insubstituível no governo"

os estrangeirismos provocam exclusão inaceitável — defende Rebelo, sem esclarecer muito bem se vai lutar de verdade para pôr o projeto na pauta.

Novo ministro não vai se envolver na reforma política

Outra matéria que o governo defende mas não deverá se envolver muito diretamente na gestão do novo ministro é a reforma política, com suas propostas de instituição de um sistema eleitoral para deputados com base em listas partidárias e o financiamento público das campanhas.

— Nessa matéria, o governo tem um interesse difuso, que é o interesse da sociedade de ter uma reforma política democratizadora, que amplie a participação e dê mais consistência aos partidos. Mas essa matéria está muito mais relacionada ao Congresso e aos partidos — diz.

A primeira missão de Aldo Rebelo na coordenação política será prosseguir com a votação da pauta já estabelecida para a convocação extraordinária do Congresso, votando a PEC paralela da Previdência e outras matérias. ■

ANEXO T

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO: *Imortal diz que 'até era contra' algumas mudanças*

O filólogo que decide sobre questões deixadas sem solução no acordo

Dicionaristas aguardam edição que acaba de ser atualizada por Bechara

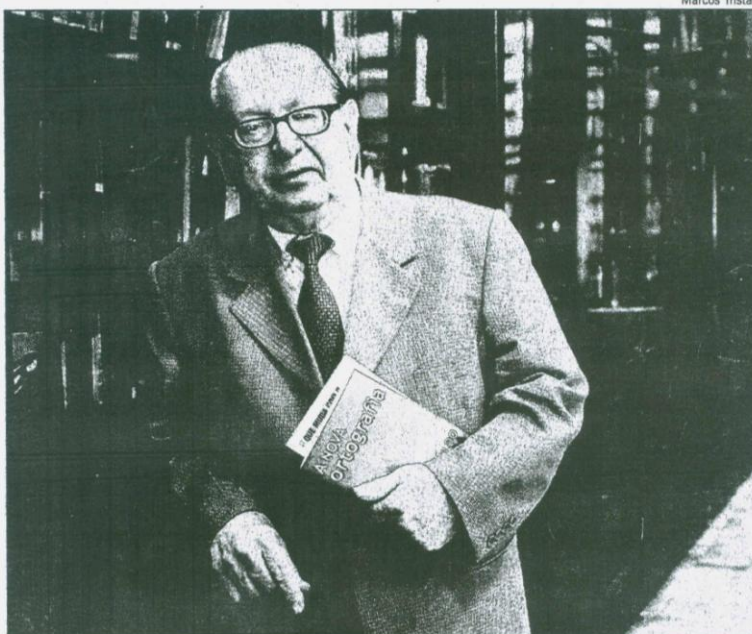
Paula Autran

• Desde os anos 1970, o poder de determinar como se escrevia uma palavra em português emanava principalmente do popular "Aurélio". Com "Bechara", a partir de 1961, estava o império da gramática. Pois o autor de "Moderna gramática portuguesa", Evanildo Bechara, ampliou seus domínios no idioma de Camões no Brasil. Coube a ele decidir sobre alguns problemas deixados sem solução no acordo ortográfico, firmado em 1990 entre Brasil e Portugal, respectivamente pelos já falecidos Antonio Houaiss e Lindley Cintra. As vésperas de completar 81 anos, em fevereiro, o imortal filólogo terminou de atualizar a nova edição do "Vocabulário ortográfico da língua portuguesa", da Academia Brasileira de Letras.

'Jogaram nos meus braços', diz o filólogo

É o que estão esperando dicionaristas responsáveis pelas próximas edições do próprio "Aurélio" (Positivo) e do "Houaiss" (Objetiva). O volume — que terá cerca de 1.300 páginas e mais de 360 mil palavras — será lançado em fevereiro, pela editora Global, e vai ditar as regras de como escrever de agora em diante, após mudanças como o fim do trema e diferentes usos do hífen. Mas Bechara diz não se sentir à vontade com tanto poder.

— Muitas vezes perdi o sono pensando: "Meu Deus, como vou resolver este problema?". Não me sinto poderoso, e sim muito humilde. Não fui responsável pelo acordo. Jogaram nos meus braços. Até era contra algumas coisas — conta ele, para quem a reforma não simplifica suficientemente as regras de emprego do hífen, ainda admite um número excessivo de casos de acentuação e deixa lacunas escondidas em enigmáticos



EVANILDO BECHARA, na ABL: "Já perdi o sono pensando: Meu Deus, como resolver este problema?"

"etc", que gera muitas complicações para as pessoas que normatizam a língua. O "etc" é para situações idênticas. Portanto, só consideramos exceções as palavras incluídas no "etc" e seus derivados. Paraquedas é junto. Então, paraquedista também.

Recentemente, Bechara teve que mandar um adendo para a editora, pois havia esquecido de incluir as regras para o prefixo "AN", não previsto no acordo. Para isso, valeu-se de um dos quatro princípios que escolheu para resolver os tais problemas: a tradição lexicográfica. E as regras para o prefixo "AN" ficaram iguais às dos prefixos "IN" e "DES". Ele só pode enviar alterações como esta até quinta-feira.

— Não fizemos nada aleatoriamente — conta o professor,

cinco dicionaristas e que começou a lecionar aos 14 anos, matemática, e queria ser engenheiro aeronáutico. — O pensamento matemático me ajudou a lidar com a língua. Para operacionalizar o acordo, tive que adotar princípios metodológicos: além de preservar a tradição ortográfica dos formulários e vocabulários oficiais anteriores, respeitar o acordo, estabelecer uma linha de coerência do texto como um todo e acompanhar o espírito simplificador do acordo.

O português entrou na vida do filólogo quando ele estudava num colégio no Méier e tinha um colega uruguaio que era excelente aluno da língua. O acadêmico, que bate ponto diariamente na ABL às 10h, para trabalhar até as 18h30m, conta que

trangeiro' soubesse mais o idioma do que ele. Em casa, Bechara ainda encontra tempo para ler. E assina oito revistas de filologia, entre elas alemãs e francesas. Quantos idiomas fala?

— Mal e porcamente o português.

Não por acaso, o imortal sempre falou da importância de ser poliglota na própria língua:

— Não basta conhecer a língua padrão. Ela muda, de acordo com variações como a região em que é falada e a classe social. O chinelo não é menos importante do que o sapato social. Você escolhe o calçado que vai usar dependendo da ocasião e para onde vai. ■

► O GLOBO NA INTERNET

As principais mudanças

ANEXO U. 1

PANCADÃO na democracia

Lei que discrimina funk e festas raves avança e atiça leitores saudosos de um Estado autoritário

Esta semana, o governador Sérgio Cabral dançou o crêu ao som de James Brown, em Vigário Geral. Dias antes, o Circo Voador quase teve sua tradicional festa "Eu amo baile funk" proibida pelo uso de uma lei sancionada ano passado, no mandato do mesmo Cabral. Crêu. A lei permitiu também que a Polícia Militar tivesse poder de impedir o réveillon de música eletrônica em Ipanema, sucesso em anos anteriores. Ao atacar, no blog MPB Player no site do GLOBO, a premissa preconceituosa da lei (por tratar não de eventos em geral, e sim exclusivamente de "festas raves ou bailes funk"), o jornalista Rodrigo Pinto foi bombardeado por opiniões de leitores como as que circundam esta página. Um desfile de autoritarismo e demonstração de surdez para a questão que realmente importa: pode o Estado — por meio de seu braço armado, a Polícia — classificar gêneros musicais, dizendo qual é mais ou menos adequado aos seus cidadãos? Motivado pela reação, Pinto redigiu o desabafo que segue. *(Leonardo Lichote)*

Rodrigo Pinto

• "Umá porcaria, um esgoto, música de favelados e pessoas de mau comportamento. Sinônimo de bandido circulando com arma de fogo na mão. Manifestação de drogados e prostitutas, paraíso de playboys com overdose. Se é cultura, é cultura que emana de uma juventude acéfala, alienada, mal-educada e sem valores. Se é liberdade, a liberdade fede." Este é um possível medley, literal, da grande maioria das reações de leitores no blog MPB Player (www.oglobo.com.br/blogs/mpb), no site do GLOBO, quando questionamos, esta semana, a lei que limita bailes funk e raves. O que mais choca é notar que as bravatas preconceituosas encontram amparo numa lei estadual.

Horror, horror, horror. O clamor pela censura volta com o apoio entusiasmado de muitos fluminenses,

para o fim da festa oficial de réveillon na praia de Ipanema. Neste segundo caso, a Riotur, a empresa que tocava o evento há três anos e a maior cervejaria do país (patrocinadora) ficaram chupando dedo, enquanto a festa paralela, sem permissão nem fiscalização, comeu solta no bairro da Zona Sul na virada de 2008 para 2009.

— E os bailes em favelas dominadas pelo tráfico continuam rolando, porque "lá a polícia não vai — ironiza um MC.

— E, quando vai, pede dinheiro — acrescenta um produtor cultural do funk.

O mesmo produtor conta que, após tentar emplacar uma festa de música eletrônica, ouviu de um comandante de Batalhão da Polícia Militar que se fosse para Roberto Carlos ele liberaria, mas "música eletrônica, nem pensar".

A repressão ao funk e à música eletrônica já intimida até quem está no ramo há anos. Rômulo Costa, da Furacão 2000, cujos bailes animam uma

"Vocês não enxergam o que a liberdade dada a gente sem capacidade de discernimento fez? (...) que volte a censura"

MCDF

"Já deveria ter sido banido da vida cultural carioca há muito tempo"

Frank Bullitt

"Isso é manifestação de marginais, drogados, prostitutas e tudo o mais que o Rio não merece ser e nem ter"

Anônimo que assina com um traço

"Quantifiquem (e qualifiquem) o vocabulário que esses frequentadores são capazes de exprimir e depois me digam"

HFT

O QUE DIZ A LEI

ANEXO U. 2

"Pobre do país que tem esse tal de funk como parte de sua 'cultura'"
 Asdrubal255

"O ministério da saúde adverte: baile funk faz 'mal à saúde'"
 Waldemar Menezes Canalli

Censura vitoriosa com o apoio entusiasmado de muitos fluminenses, calcados na lei de autoria do deputado Álvaro Lins (preso pela Polícia Federal). O texto é claro e discrimina a produção musical mais influente das últimas décadas: "Eventos de música eletrônica, conhecidos como festas raves e de bailes do tipo funk" têm mais exigências a cumprir e — aí a censura — devem ser especialmente aprovados pela polícia. Sim, a-pro-va-dos. Seja em locais abertos ou em casas noturnas com alvará de funcionamento permanente. Fala sério!

'Música eletrônica, nem pensar'

• O Brasil está dominado pelo funk. E não foi a "apologia ao tráfico" ou o erotismo em algumas letras os maiores responsáveis por tamanha adesão. O batidão ganha embalo há duas décadas em trabalhos criativos de artistas como DJ Malboro (que bomba em qualquer lugar, do programa da Xuxa à Orquestra Imperial), Claudinho e Buchecha (gravados por nomes da nobre MPB, como Adriana Calcanhotto), Fernanda Abreu (que retomou o samba-funk nos anos 90), Lulu Santos (que identificou, certo, o maculelê no som da favela), Sany Pitbull (que une rock, choro, sinfonia e funk). Eles e muitos outros vêm nos deliciando com "som de preto, de favelado".

A tal lei sustentou ações das polícias tentando vetar o baile funk do Circo Voador há uma semana e deu base legal

O QUE DIZ A LEI

• **"A REALIZAÇÃO** de eventos de música eletrônica, conhecidos como festas raves e de bailes do tipo funk, obedecerá ao disposto nesta Lei. (...) Os interessados em realizar os eventos de que trata esta Lei deverão solicitar (...) autorização à Secretaria de Estado de Segurança (...), mediante a apresentação dos seguintes documentos: (...) nada a favor da Delegacia Policial, do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros (...) e do Juizado de Menores."

rano na anos, Romulo Costa, da Furacão 2000, cujos bailes animam uma centena de milhares de jovens em uma só noite, já defende que os bailes sejam apenas no asfalto.

— É que ele perdeu popularidade nas favelas — alfineta um produtor rival.

Pode ser, mas o funk deixar a favela é impensável.

É preciso garantir o bem-estar e a chamada ordem pública, tudo bem. Eventos que usem som em alto volume e provoquem grandes aglomerados de pessoas em locais sem prévia autorização para tal devem ser comunicados às autoridades. Se forem ocorrer em locais abertos, será OBRIGAÇÃO de autoridades e organizadores garantir que tudo saia bem. Mas polícia não tem que fazer programação cultural, não pode dar pitaco no repertório das festas Rio agora, no asfalto ou na favela.

Cabe ao governo garantir a segurança dos espaços de lazer nas comunidades, pobres ou ricas. Isso é democracia. Cabral Filho, cujo pai devotou a vida à música brasileira, devia olhar com reservas a lei de Álvaro Lins, mais afelta ao perfil daqueles que têm a coragem de escrever o que escreveram num blog, mais de duas décadas depois do fim da ditadura e do restabelecimento dos direitos democráticos e civis no país.

RODRIGO PINTO é jornalista

COMENTE NA INTERNET
 Escreva sobre esta página no Blog da Logo logo.com.br/blog/logo

"Esse país valoriza o que é torto, podre e fedorento"
 Rafael Ruivo

"Funk é estupidez e falta de capacidade intelectual somadas a uso, venda e difusão de drogas, com culto de sexo semelhante ao de animais irracionais"
 Egomet

ANEXO V

RICARDO FREIRE

Em 2004, gerundismo zero!

As reformas passaram. Os juros começaram a cair. A indústria voltou a contratar. As vendas melhoraram um pouquinho. Já dá para comemorar? Não. Existe um grande perigo por trás de tudo isso. O quê? Não, não é a volta da inflação. Refiro-me à bolha do gerundismo.

Pense bem: quanto maior é a atividade econômica, mais negócios são fechados. Mais telefonemas são dados. Como consequência, mais gente tem a oportunidade de dizer coisas como: "Nós vamos estar analisando os seus dados e vamos estar dando um retorno assim que possível". Ou: "Pra sua encomenda tá podendo tá sendo entregue, o senhor precisa tá deixando o nome de uma pessoa pra tá recebendo pelo senhor".

Pára! Pára tudo! Não é para isso que a gente se sacrificou este ano inteiro. Crescimento, sim. Gerundismo, não! Mais do que nunca, precisamos nos mobilizar. Cada um de nós deve ser um agente sanitário eternamente a postos para exterminar essa terrível praga que se propaga pelo ar, pelas ondas de TV e pelas redes telefônicas.

E só existe uma forma de descontaminar um gerundista crônico: corrigindo o coitado. Na chinchá. Com educação, claro. Por incrível que pareça, ninguém usa o gerundismo para irritar. Quando a teletendente diz "O senhor pode estar aguardando na linha, que eu vou estar transferindo a sua ligação", ela pensa que está falando bonito. Por sinal, ela não entende por que "eu vou estar transferindo" é errado e "ela está falando bonito" é certo. O que só aumenta a nossa responsabilidade como vigilantes e educadores.



O importante é nunca deixar barato. Se alguém vier com gerundismo para cima de você, respire fundo – e eduque a criatura. "Não, eu não posso TÁ ASSINANDO aqui. Mas, se você quiser, eu posso ASSINAR aqui, com o maior prazer." "Não, minha filha. Eu não vou TÁ EXPERIMENTANDO nada em provador nenhum. Eu vou é trocar de loja!"

Se você tiver habilidades de professor, pode ir mais fundo: "Desculpa. Não é 'a gente pode tá liberando o seu carro no sábado'. Você não deve usar

nunca o verbo estar, no infinitivo, combinado com um verbo no gerúndio. O certo é 'a gente pode liberar o seu carro no sábado'. Entendeu?" O sujeito vai continuar sem entender nada, e depois dessa provavelmente o seu carro nem fique pronto no sábado – mas é um preço que vale a pena pagar por uma sociedade sem gerundismo.

Toda atenção é pouca. Nesse período de tolerância zero com o gerundismo, precisamos evitar até mesmo os casos em que o "vou estar fazendo" esteja certo. Por exemplo: em vez de dizer "Não ligue agora para o seu tio, porque ele deve estar jantando" – o que é perfeitamente correto –, diga: "Não ligue agora para o seu tio, porque é hora do jantar".

O governo poderia fazer de 2004 o Ano Oficial de Combate ao Gerundismo. Um bom começo seria proibir o gerundismo em todas as declarações do Executivo (presidente: metáfora, tudo bem. Gerundismo, não!). Gerundismo poderia dar pontos na carteira de motorista. Poderia aumentar a alíquota do Imposto de Renda do infrator. As universidades públicas poderiam inovar o sistema de cotas. Que tal: 100% das vagas para não-gerundistas?!!

Ainda estamos longe da erradicação do analfabetismo. Mas o fim do gerundismo só depende de nós. Não vamos nos dispersar!

e-mail para a coluna:
xongas@edglobo.com.br

As cartas devem ser encaminhadas com identificação, assinatura, endereço e telefone do remetente